

Jornal do

SINTUFES

www.sintufes.org.br [Facebook.com/Sintufes](https://www.facebook.com/Sintufes)

Filiado à **Fasubra**

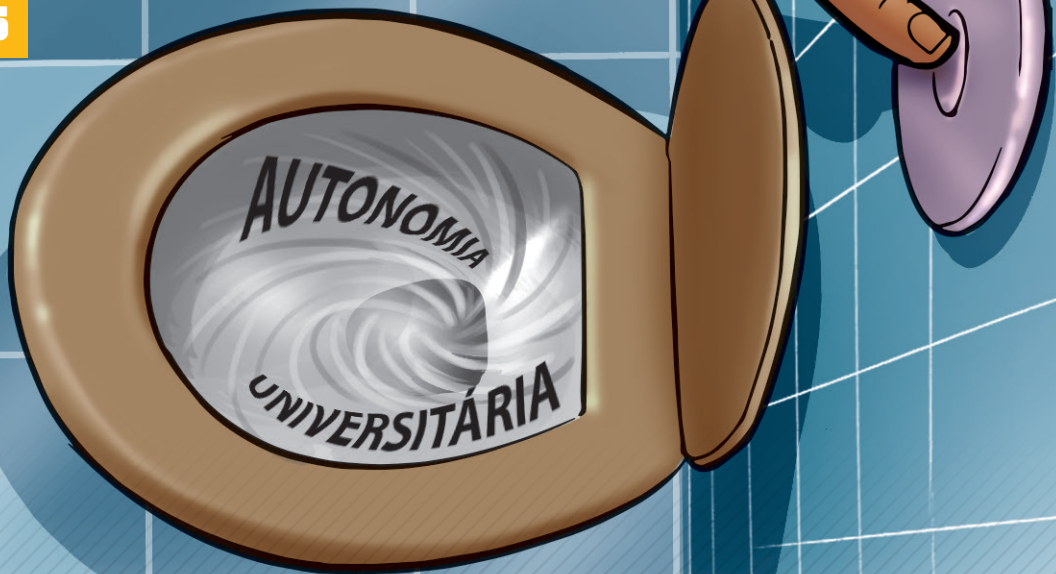
Informativo do **Sindicato dos Trabalhadores na Ufes**

S.O.S autonomia!

REITORIA

PM nos campi, contratos temerários, ataques do 'rei': é a Ufes 'mandando embora' o artigo 207 da Constituição

Págs. **04 e 05**



#AcontecenaUfes

Escola Sem Partido é debatido no CCE

Vice-reitora faz a defesa da instituição, mas não cita ataques da sua gestão aos estudantes

Pág. **02**

#Bandeirão5conto

Estudantes vão intensificar atos no RU

Movimento estudantil promete fortalecer os protestos no Restaurante Univesitário

Pág. **03**

#Flexibilização

Sintufes cobra ações do GT

Superintendência da EBSERH atravanca grupo de trabalho, criado para evitar os prejuízos da redução do atendimento

Pág. **07**

Já tem luta pelo REAJUSTE EM 2019

A Copa do Mundo pode ter desfocado o olhar da nação diante de toda a conjuntura negativa à classe trabalhadora no País. Deixando o futebol de lado, as eleições gerais serão um momento de extrema importância para conseguirmos lutar por mudanças nesse cenário repleto de ataques, de retirada de direitos e de arrocho do dinheiro para os serviços públicos.

Falando em dinheiro, o relator da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), senador Dalírio Beber (PSDB-SC), havia proposto a proibição de reajustes para servidores públicos em 2019. A proposta seria para o Congresso não aprovar projetos de reajustes e nem o presidente editar medida provisória para garantir o aumento. A LDO define como o Orçamento da União será elaborado. Mas no dia 11 de julho, a Fasubra e outras entidades estiveram no Congresso e fizeram a pressão para a retirada da proposta. O que aconteceu!

Agora, é preciso lembrar que com Michel Temer, corrupto e golpista, vendendo a preço de bananas ações da Petrobras (privatizando a estatal!), com um Parlamento pensando em se reeleger, levando de volta ao Senado e à Câmara, uma maioria de políticos voltada apenas para suas questões umbilicais, é imprescindível lutar desde já para que tenhamos direito ao reajuste salarial. Outro destaque relacionado ao salário é que tramita no STF uma proposta para garantir a data-base ao funcionalismo público. Se for aprovada, será muito importante para nossa categoria.

No entanto, a retirada de direitos segue o seu curso. Após reforma trabalhista, PEC do Fim do Mundo (EC-95/2016), a corja temerária quer nos entupir de agrotóxico e privatizar estatais que geram altos lucros. Por isso, é preciso pensar muito bem em quem votar, nos dias 7 e 28 de outubro. Porém, o voto pode não ser garantia de mudanças efetivas.

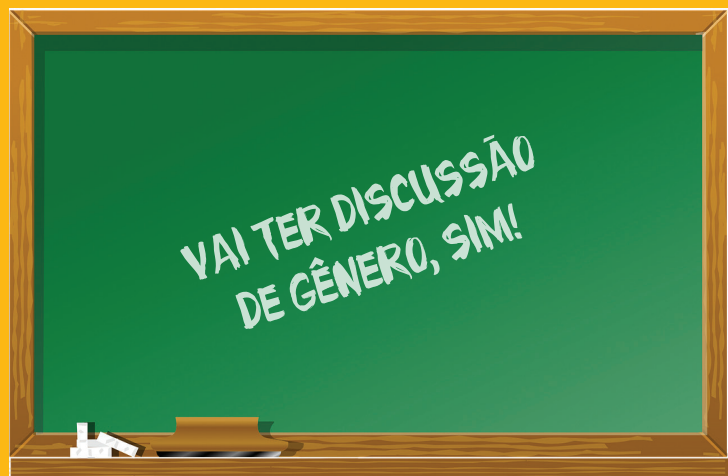
O que torna a luta mais do que importante. Inclusive para que nossa universidade possa reaver a sua autonomia, que se perde em função do atual 'rei'. Mas não dá para esperar. Para termos reajuste e em defesa da Ufes, vamos seguir lutando forte.

**Diretoria Colegiada do Sintufes
Gestão Ousar Lutar, Ousar Vencer
(2016-2019)**

#AcontecenaUfes

Escola sem Partido? Impossível!

Não dá para compactuar com projeto que elimina discussão de gênero, de raça e religião na educação



No dia 11 de junho, o Centro de Educação da Ufes promoveu um debate, em Goiabeiras, Vitória, sobre o projeto Escola Sem Partido, do vereador de Vitória Davi Esmael (PSB). O público presente lotou o auditório do CCE e, em sua grande maioria, se manifestou contrária à proposta, considerada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

A Ufes, representada por sua vice-reitora, Ethel Maciel, é contrária ao projeto. A vice-reitora disse que “não há evidência de que exista doutrinação nas escolas” – que é uma das justificativas do vereador ao apresentar o projeto. O vereador foi, inclusive, bastante deslegante com a vice-reitora ao salientar que: “a universidade não deveria se envolver e deveria se ocupar de outras coisas”.

Ela respondeu informando que a Ufes deve sim se preocupar com a questão e que ela estava ali representando os milhares de estudantes da universidade. Embora a gestão da Universidade de fato cometa muitas

falhas contra os estudantes que ela representa, como aumentar o valor do bandeão do restaurante universitário e faltar com investimentos para diversos cursos – até do Centro de Ciências da Saúde, haja vista o protesto realizado por estudantes de Odontologia no dia 4 de julho.

Voltando ao projeto Escola Sem Partido, para o Sintufes a proposta é totalmente descabida. E, caso seja aprovada, vai distanciar a escola da realidade social, além de impedir o debate em torno de questões de gênero, de raça e de religião, entre outras temáticas essenciais para a geração e a transmissão do conhecimento e da aprendizagem.

Alerta! O STF considera inconstitucional as propostas de Escola Sem Partido, que vêm do Legislativo de estados e municípios, pois entende que a competência é da União. Mas, tramita na Câmara Federal, uma proposta de Escola Sem Partido, o PL 7180/2014. Precisamos ficar alertas contra a aprovação deste ataque fundamentalista a nossa educação!

Estudantes vão intensificar **PROTESTOS NO RU**

Movimento estudantil também vai se manifestar contra a presença da PM nos campi

Duas das (diversas) ações in-consequentes e autoritárias do reitor vão ser alvo de reações do movimento estudantil da Ufes a partir do início do segundo semestre letivo. O Diretório Central dos Estudantes (DCE) adianta que os protestos no Restaurante Universitário (RU) serão intensificados. E que os estudantes vão se manifestar também contra a presença da Polícia Militar (PM) nos campi.

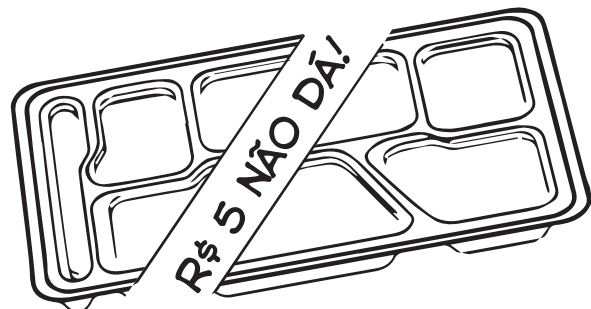
O RU de Goiabeiras tem sido local de frequentes protestos de estudantes, que não têm condições de arcar com o valor de R\$ 5 do bandejão. A refeição, que custava R\$ 1,5, foi reajustada pelo reitor por *ad referendum* (decisão monocrática) sem o consenso do Conselho Universitário (Con-suni). “O meu dinheiro não é capim,

eu pulo a roleta sim”, este é um dos cantos entoados pelos estudantes que fazem o protesto.

Para o Sintufes, a ação é legítima, afinal: NINGUÉM TEM QUE PASSAR FOME NA INSTITUIÇÃO PÚBLICA EM QUE ESTUDA! O DCE também manifesta apoio e aponta para a intensificação das atividades a partir de agosto.

“Os protestos foram construídos por estudantes de determinados cursos. O DCE tem ciência dos protestos, e nós apoiamos sim. E no segundo semestre, pretendemos que as manifestações se intensifiquem, tanto em relação ao RU, quanto em relação à PM”, revela o diretor do DCE e representante estudantil no Con-suni, Guilherme Cogo.

A gestão da Ufes sabe que os protestos estão sendo realizados. E



informa que deve procurar solução a partir do retorno das aulas. “(A Ufes) está atenta à questão do RU, e estamos estudando formas para encontrar dados para definir um preço, uma tabela ou um preço diferenciado da refeição”, adiantou o pró-reitor Gelson Junquilha, da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (Proaeci), que, recentemente, assumiu a gestão do RU.

“Vão ser aqueles estudos mais do mesmo. Estaremos do lado dos estudantes para acabar com esse ataque. O preço tem que ser reduzido e ponto”, frisa a diretoria colegiada do Sintufes.

#EleiçõesSintufes

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL PARA DISCUSSÃO DAS ELEIÇÕES DA DIRETORIA COLEGIADA DO SINDICATO DOS TRABALHADORES NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO – SINTUFES, TRIÊNIO 2019 - 2022

O SINTUFES, através de sua Diretoria Colegiada, CONVOCA através do presente Edital, todos os sindicalizados no gozo de seus direitos sindicais (ativos(as), aposentados(as), em disponibilidade e especiais), para Assembleia Geral, que será realizada no dia 15 de Agosto de 2018, na SubSede do Sintufes no HUCAM – Hospital Cassiano Antônio de Moraes, em Maruípe, situado na Avenida Marechal Campos nº 1468, anexo ao Hospital das Clínicas, no Bairro Santa Cecília, Vitória - ES. CEP. 29043-260, em 1.ª convocação às 09h30min, com a presença de 1/10 (um décimo) dos(as) filiados(as); e em 2.ª convocação às 10h00, com o número de presentes, conforme determina o artigo 20º do Estatuto Social da entidade, com a seguinte ordem do dia:

- 1) Discussões sobre as eleições da Diretoria Colegiada, em cumprimento ao disposto no artigo 59, do Estatuto do SINTUFES;
- 2) Eleição da Comissão Eleitoral para Eleição da Diretoria Colegiada do Sintufes, Triênio 2019-2022.

Vitória – ES, 06 de julho de 2018

Ufes sem autonomia

ADMINISTRATIVA

Reitoria 'lava as mãos' ao não se responsabilizar por contratos firmados entre fundações e empresas privadas

A autonomia universitária “encontra seus limites no atendimento aos fins mais gerais aos quais as Universidades se destinam, assim como no atendimento às normas mais gerais de probidade na gestão dos recursos públicos”. Essa é uma das formas que o professor e escritor Simon Schwartzman se refere ao preceito da autonomia universitária, previsto no artigo 207 da Constituição Federal.

E, para o Sintufes, uma das ações do reitor da Ufes que evidenciam o ataque da sua gestão à autonomia universitária da instituição é a que se refere aos contratos e convênios realizados com a Fucam (Fundação de Apoio Cassiano Antônio de Moraes) e a Fest (Fundação Espírito-Santense de Tecnologia). Elas são fundações credenciadas à Ufes, que funcionam nos campi (Fucam, em Maruípe e Fest em Goiabeiras), tendo seus presidentes indicados pelo reitor. Elas administram milhões de reais voltados para os mais variados projetos de pesquisa e extensão celebrando contratos tripartites (três partes, incluindo empresas privadas) ou mesmo entre duas partes.

De acordo com a resolução do Conselho Universitário, 11 de 2015, as fundações precisam apresentar a sua prestação de contas à instituição. “No entanto, seria importante a Ufes ter responsabilidade nessas questões, sobretudo porque muitos dos contratos feitos com as fundações são realizados com dispensa de licitação”,

pontua a diretoria colegiada do sindicato.

“Será que o reitor está preocupado em ser responsabilizado caso surja algum problema com determinado projeto? Como pode a Ufes não ter responsabilidade diante de um projeto que conta com a participação direta da própria instituição?”, questiona a direção do Sintufes.

Veja o exemplo da Arcellor Mittal (antiga Companhia Siderúrgica de Tubarão). A empresa tem dois contratos celebrados na modalidade tripartite: Arcellor, Ufes e Fucam; e outro Arcellor, Ufes e Fest.

O da Fucam é o contrato 24/2018. Já o 25/2018 é o celebrado com a Fest e que será financiado pela Arcellor. São cerca de R\$ 2 milhões, que a siderúrgica vai depositar na conta da Fundação para que o seguinte projeto seja tocado: “*Modelagem e monitoramento dos poluentes atmosféricos na Reg. Metropolitana da Grande Vitória para fins da associação da qualidade do ar e sintomas de asma entre crianças e adolescentes*”.

“É difícil acreditar que um estudo financiado por uma empresa poluidora (no caso, a Arcellor) vai apurar de fato o quão prejudicial é o impacto da sua atividade. Sem falar na credibilidade da própria Ufes em se associar a um projeto financiado por uma empresa que visa o lucro acima de



tudo”, assinala a diretoria do Sintufes.

Constituição. Ao citar a autonomia universitária, a Carta Magna de 1988 fala sobre três tipos de autonomia: didático-científica; administrativa; e de gestão financeira e patrimonial. Esta última permite que a instituição tenha plena liberdade para remanejar recursos de pessoal, custeio e capital.

“Isso não significa que o gestor máximo da instituição deva ‘lavar suas mãos’ diante de contratos celebrados com a Fest e a Fucam. As autonomias, de gestão financeira e a administrativa, são as que garantem que a primeira (a didático-científica) possa de fato ser executada. E não se responsabilizar por celebrar contratos de milhões de reais (com dinheiro da Ufes, inclusive) é uma forma de atacar a sua própria autonomia universitária, pois pode haver a submissão de interesses da própria Ufes diante de contratos firmados com empresas privadas”, expõe a direção colegiada.

PM responsável pela segurança nos campi

Para o Sintufes, o convênio entre a Ufes e a Secretaria de Segurança Pública do Espírito Santo (Sesp-ES) é mais um exemplo do descaso do reitor da universidade com a autonomia universitária. Afinal, é a instituição federal deixando a responsabilidade pela segurança em seus campi nas mãos da Polícia Militar (PM).

“Óbvio que a gestão do reitor é responsável por garantir a integridade física de trabalhadoras/es, estudantes e das pessoas que circulam nos campi da Ufes. Sabemos que a insegurança, sobretudo nos campi de Goiabeiras e de Maruípe, é grande. Casos de assaltos, tentativas de estupro têm sido frequentes. Mas tomar decisões de gabinete, sem consultar a comunidade universitária, é seguir por um caminho de equívocos e incoerência”, afirma a diretoria do sindicato.

Números. A Ufes tem divulgado na imprensa que sofreu cortes orçamentários de 70% nos últimos cinco anos. Mas, para ‘resolver o problema da insegurança’, a universidade revela que fará um convênio com a Sesp/ES para 117 policiais militares da reserva reforçarem a segurança nos campi. Eles devem começar a atuar a partir de agosto. Segundo o Gazeta Online, o investimento é de R\$ 4,5 milhões, do orçamento do custeio da Ufes

que será usado para arcar com os custos do convênio com a Sesp-ES, dentre os quais o salário dos poli-

ciais. “E isso é porque há alguns meses a universidade não tinha dinheiro para melhorar a iluminação nos campi. Sem falar que o convênio ignora as reivindicações das mulheres, que gostariam de ver na Ufes uma segurança patrimonial especializada – até para atender casos de estupro, uma vez que mulheres que já foram sofreram

essa situação, chegaram a ser assediadas até por seguranças de empresa terceirizada”, ressalta a diretoria do sindicato.

Concurso público. O Sintufes sempre defendeu que as vagas de segurança do RJU fossem revistas pela instituição. E que os



seguranças fossem contratados via concurso público e fizessem uma capacitação necessária que poderia dialogar com a reivindicação das mulheres, inclusive.

“Mas não! O reitor vai e formaliza um convênio para trazer policiais da reserva para atuarem – como a PM atua na cidade – dentro dos campi universitários. A Universidade de São Paulo já passou por isso, e os resultados não foram exitosos”, frisa a direção.

Para o Sintufes, o convênio é mais um exemplo de quebra total da autonomia universitária, no que tange a autonomia administrativa ao entregar a administração da segurança patrimonial para uma instituição que cuida do policiamento repressivo e ostensivo. “Sem querer gorar, isso não tem jeito de dar certo”, destaca a diretoria do sindicato.



Polícia Militar na Ufes é mais um exemplo da quebra da autonomia administrativa da universidade



SINTUFES ARTICULA LUTA

Uma reunião, realizada no dia 9 de julho, na sede do Sintufes, em Goiabeiras, iniciou a discussão para fazer o enfrentamento da decisão do reitor de celebrar o convênio da PM com a Ufes.

O Sintufes, o Fórum de Lutas Sociais, a Adufes, o Movimento Negro e o DCE vêm se reunindo com a finalidade de repensar o convênio e até mesmo de revogá-lo, buscando mostrar que há outras formas

de se resolver a questão.

“O reitor precisa parar de tomar decisões monocráticas. Ele está de fato jogando a autonomia universitária pelo ralo. Já havia isso, quando entregou o Hucam à EBSERH. Sem falar nos convênios dos quais a Ufes abre mão de se responsabilizar pelos valores (página 4). E agora a situação da PM. Isso tem que mudar, não dá para ficar assim”, critica a diretoria colegiada do Sintufes.

Ceunes: ELEIÇÕES PARITÁRIAS, JÁ!

Sintufes e categoria (e até docentes!) cobram paridade nas pesquisas em São Mateus

Eleições paritárias no Centro Universitário do Norte do Estado (Ceunes), em São Mateus, já! Após a mais recente pesquisa eleitoral do Ceunes, o Sintufes vem, mais uma vez cobrar, que a gestão da Ufes torne o processo eleitoral paritário, fazendo com que o peso do coeficiente eleitoral seja o mesmo para estudantes, técnicos e docentes. Pois o sindicato e a categoria entendem que 70% é golpe na democracia!

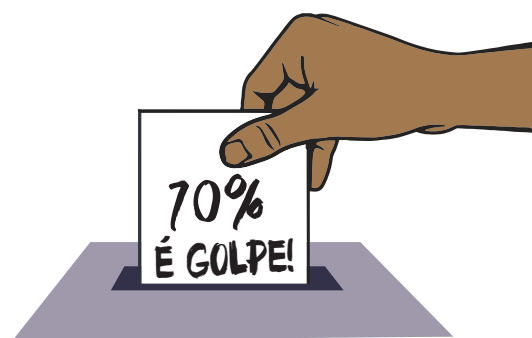
70% é o peso do voto dos professores. Já dos técnicos e estudantes, o percentual é de 15% para cada. Dentro desse percentual antidemocrático, o resultado da pesquisa do Ceunes ficou assim depois da apuração das urnas:

A Chapa 3 (Luiz Favero e Ana Beatriz) foi eleita, para o quadriênio 2018-2022, pela maioria dos docentes, técnicos e estudantes, com o coeficiente de 48% dos votos válidos, contra 26,5% da Chapa

1 e 25,17% da Chapa 2. Na apuração por segmento foi visto que, de um total de 989 discentes votantes, 692 votaram na Chapa 3. A vitória repetiu-se nas demais categorias, com 53 de 84 dos técnicos e 67 dos 165 professores votantes. Se os votos ainda não fossem ponderados a chapa ganharia com aproximadamente 65% das intenções de voto (813 de 1244 votos totais). Apesar disso, as/os técnicos reivindicam o mesmo peso no processo eleitoral.

“Reivindicamos o mesmo peso dos votos para todos os três segmentos. Não dá para compactuarmos com uma pesquisa eleitoral antidemocrática. Temos nossa importância, somos essenciais para o nosso Ceunes e vamos sempre cobrar a paridade nas pesquisas eleitorais para definirmos os nossos diretores”, avalia o técnico-administrativo do Ceunes, Anderson Vignatti.

Ele lembra que a pesquisa no Centro já teve o peso percentual de



50-25-25 (professores/técnicos/estudantes), mas que a luta é pela paridade (33-33-33).

“Há professores que apoiam a paridade, os dois que foram eleitos, inclusive. E a paridade torna mais democrático o processo e mais efetiva a participação política de todos os segmentos”, considera.

Resultado. A chapa 3 venceu com 48% dos votos. A segunda colocação ficou com a chapa composta pelos professores Osmar Vicente Chávez Pozo (diretor) e Andreas Nascimento (vice-diretor), com 26,57% dos votos válidos. A chapa dos professores Rodrigo Dias Pereira (diretor) e Marcelo Barreto da Silva (vice-diretor), com 25,16% dos votos, ficou na terceira colocação.

70% é golpe! “É e sempre será. Não temos acordo com isso. Paridade nas decisões políticas, já”, reforça a diretoria colegiada do Sintufes.

SINDICATO COBRA participação política

Quem se aposenta e quem já se aposentou tem muito a contribuir com a política, a administração e as finanças da universidade. No início de junho, em um ato puxado pela Fasubra, o Sintufes protocolou na Reitoria um documento cobrando a participação de aposentados na eleição para reitor e também nos conselhos superiores.

O sindicato entende que as/os aposentadas/os têm muito a contribuir. A

gestão da Ufes ignora essa demanda. Mostrando seu descompromisso com quem deu a vida pela universidade.

No entanto, a gestão do ‘rei’ quer trazer policiais militares da reserva (aposentados) para serem os ‘seguranças da universidade’. Os PMs da reserva têm capacidade para garantir a segurança nos campi? E os técnicos aposentados não podem colaborar em suas respectivas funções?

AGENDA

Próximos encontros das aposentadas/os

- 17 de agosto
- 28 de setembro
- 19 de outubro
- 23 de novembro

*Sempre às 10h30, na sede do Sintufes em Goiabeiras.

SINTUFES na luta para corrigir equívoco da Superintendência

É o sindicato enfrentando os es dos ataques do 'rei' à flexibilização e à decisão da EBSEH que reduziu atendimento em ambulatórios



Assembleia, em janeiro, já cobrava soluções para a jornada

O desatino do reitor da Ufes em atacar a flexibilização da jornada e os equívocos do boletim de serviços da EBSEH (172/2018) têm trazido prejuízos à categoria. E o Sintufes vem, desde então, lutando contra essa situação, que gerou a redução do atendimento nos ambulatórios do Hucam, estendendo os es nefastos dessas mudanças até para os usuários do Hospital Universitário.

Em uma assembleia realizada na subseção sindical do Hucam, no início deste ano, o superintendente foi informado e cobrado para que houvesse mudança no boletim, pois o documento prevê a redução do horário de atendimento de ambulatórios. Sem falar que setores que não tiveram modificações no boletim nem sequer foram avaliados pela comissão que levantou os processos de flexibilização da jornada no hospital.

O sindicato informou que, como o boletim foi baseado em demandas de janeiro e fevereiro, ele acabou apontando que poderia haver a redução. Porém, nesses meses, tradicionalmente, há uma diminuição

no número de atendimentos. Contudo, nos demais meses do ano, a demanda aumenta. O que fatalmente traria (e está trazendo) prejuízos ao atendimento à população.

Da assembleia, foi composto um grupo de trabalho (GT) para avaliar os processos de flexibilização da jornada e tentar reaver a questão da redução. No entanto, por certo descaso ou falta de vontade da superintendência, o GT não iniciou os seus trabalhos assim que foi composto.

O Sintufes protocolou documento cobrando que o superintendente da EBSEH agilizasse os trabalhos do GT, que conta com quatro integrantes da categoria e quatro da gestão da Empresa Brasileira.

No momento, o GT está com quatro processos, e os representantes da categoria estão na luta para fazer valer a flexibilização da jornada para estes setores.

O GT fez uma reunião no dia 20 de julho, no Hucam. “Esperamos que os trabalhos do GT sejam produtivos para evitar os prejuízos causados a nossa categoria pelas gestões da Ufes e da EBSEH”, assinala a diretoria do Sintufes.

“Responsabilidade da PM no campus é do reitor”

A Coluna #EuTrabalhoAqui desta edição do Jornal do Sintufes traz uma minientrevista com o vigilante do quadro (RJU) da Ufes Romulo Gomes Ferreira. Ele atua há 34 anos na universidade. Para Ferreira, a responsabilidade da atuação da Polícia Militar (PM) nos campi é do reitor, já que ele decidiu, monocraticamente, em fazer o convênio com a Secretaria de Segurança Pública do Espírito Santo. E diante das incertezas sobre como será essa atuação, o vigilante destaca:

“Não fomos chamados para contribuir. É muita falta de diálogo, falta de reconhecimento e até respeito da gestão para conosco. Por isso, caso as consequências do convênio não sejam positivas, o reitor precisa ser responsabilizado. Porque a responsabilidade da PM no campus é inteiramente do reitor, porque ele decidiu isso só com a cúpula dele. Nós não ficamos sabendo de nada. Nem como será a atuação da polícia no campus”.

“Ele deveria saber da nossa opinião e da comunidade”

“Por que decidir só com a cúpula dentro do gabinete? A maioria de nós, vigilantes da Ufes, poderíamos contribuir, estamos aqui há mais de 20, 30 anos. E por que não ouvir o Sintufes, a Adufes o DCE? Tinha que chamar a comunidade universitária toda, porque tem muita gente insatisfeita com a decisão que a partir do dia 1º de agosto vai trazer a PM para atuar aqui dentro da Ufes”.

A situação poderia ser melhor se...

“Quando entrei aqui, éramos mais de 150 vigilantes do quadro da Ufes. A situação da violência era diferente lá fora e aqui era muito tranquilo. Mas se tivéssemos esse efetivo ainda, concursado, a situação poderia ser melhor. Hoje somos menos de 20 do quadro da Ufes. E vale lembrar que o governo também tem a sua culpa por esse caos, por conta do enxugamento de recursos, da não valorização dos serviços públicos. A segurança foi um dos primeiros setores que levaram o baque da má gestão do dinheiro público”.

Vitória! Com luta, entidades derrubam proibição de reajuste

É preciso seguir lutando para aumentar o salário e pela data-base do funcionalismo público

A luta da Fasubra foi fundamental! É que o relator da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), senador Dalírio Beber (PSDB-SC), havia proposto a proibição de reajustes para servidores públicos em 2019.

No entanto, na reunião da Comissão Mista do Orçamento, em 11 de julho, a Fasubra e outras entidades do serviço público fizeram pressão, e o Congresso Nacional aprovou o destaque proposto pela oposição para derrubar o congelamento de salários dos servidores públicos no âmbito da LDO para 2019. O destaque, apresentado pelo deputado Paulo Pimenta (PT-RS), foi aprovado na Câmara por 209 contra 45 votos, com três absenções. No Senado, o destaque foi aprovado simbolicamente. O texto

libera os reajustes anuais com base na inflação para os trabalhadores.

Data-base. Além disso, outra luta que vem sendo travada é pela data-base do funcionalismo público. O coordenador-geral do Sintufes e diretor da Fasubra, Wellington Pereira, esteve no Supremo Tribunal Federal (STF), em junho, acompanhando a votação do recurso extraordinário (RE) 565089.

Caso o RE seja julgado procedente pelo STF, ele pode se tornar jurisprudência para fazer valer a data-base a todos servidores públicos. Contudo, o RE ainda não foi julgado pelo Supremo. E não há essa previsão.

“Por isso, precisamos lutar, pressionar e atender as orientações da Federação e dos sindicatos. Tivemos a proibição do reajuste da



LDO, mas ele vai ser de quanto? E temos de lutar também para termos o direito à data-base, que é uma data determinada para que se faça a correção salarial do trabalhador”, assinala o coordenador.

#AvaliaçãoDesempenho

CIS E SINTUFES TORNAM processo mais transparente

O ciclo 2018 da avaliação de desempenho está mais transparente e eficiente. E isso em função da atuação da Comissão Interna de Supervisão da Carreira (CIS) e do Sintufes.

É que tanto o sindicato quanto a CIS, há tempos, reivindicavam alterações no processo. Uma das reivindicações era a de garantir que a avaliação que a chefia fazia

do trabalhador fosse feita em conjunto. O que passou a valer para o ciclo deste ano.

“O processo ficou mais transparente, pois o trabalhador agora sabe exatamente o valor da nota e em qual item foi feita aquela avaliação. E isso torna mais eficiente o processo, pois vai colaborar até na hora de determinar a capacitação a

ser feita pelo trabalhador para melhorar aquela nota e consequentemente o serviço prestado”, expõe a integrante da CIS, Alvaleria Cuel.

O que vai colaborar até para a etapa de recursos. Pois, agora, quando o trabalhador recorrer, a CIS e o DDP (Departamento de Desenvolvimento de Pessoas) vão saber exatamente o quesito avaliado e o valor da nota.

Não jogue este impresso em via pública.